



DECLARAÇÃO PELA SAÚDE NA AMÉRICA LATINA

A Alianza Latina é uma rede formada por mais de 120 organizações sociais sem fins lucrativos que representam, atendem e cuidam de cerca de **120 milhões de pessoas com doenças crônicas ou de alto custo, nos países da América Latina.**

Esta declaração é um documento construído em consenso e colaboração entre as organizações membro da Rede Alianza Latina, que consolida e direciona ações em prol da cobertura universal da saúde, pois a considera um princípio fundamental que garante o bem-estar dos cidadãos da região, com base nos principais documentos dedicados a temática de Direitos Humanos:

- A constituição da Organização Mundial da Saúde de 1946 declara expressamente que: “O acesso às melhores condições de saúde que se pode alcançar, é um dos direitos fundamentais do homem, sem distinção de raça, religião, ideologia política, condições econômicas e sociais”.
- A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 reconhece que “Toda pessoa tem direito a condições de vida adequadas que garantam a ele e sua família a saúde, bem-estar, direito à alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e acesso a serviços sociais necessários” (Artigo 25).
- No Pacto Internacional de Direitos Econômico, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966 consta que “É direito de toda pessoa o acesso às melhores condições de saúde física e mental”.

A Alianza Latina reconhece a cobertura universal da saúde como uma responsabilidade contínua e integral, por parte dos serviços de saúde. Entende que as práticas de saúde devem estar focadas no paciente e em seus direitos à liberdade, acesso ao conhecimento e de manifestar sua opinião no que se refere ao diálogo com os médicos acerca das opções de tratamento disponíveis para sua patologia; participar de forma ativa na estruturação e desenvolvimento de propostas direcionadas à formulação de políticas públicas de saúde, receber medicamentos de qualidade, eficazes e seguros.

A Alianza Latina enxerga com muita preocupação a desigualdade no acesso aos tratamentos de primeira linha que existem na região, em especial para o de doenças de alto custo. Também temos identificado a inexistência de uma agenda de políticas públicas direcionadas a doenças crônicas e/ou transmissíveis na maioria dos países da América Latina.



Fazemos, portanto um chamado aos governos locais, estaduais e nacionais, autoridades de saúde relacionadas, aos diretores e administradores de hospitais públicos e privados, aos profissionais da saúde, aos cuidadores e a sociedade civil organizada para que se conscientizem dessas demandas urgentes de nosso sistema de saúde e assumam de forma imediata responsabilidade que compete a cada um, dentro do papel social ao qual desempenha.

Alianza Latina demanda em nome de todos os pacientes da América Latina o cumprimento das seguintes ações:

1. Igualdade de acesso aos serviços da saúde

As agências de saúde devem garantir um acesso universal, igualitário, digno e sem discriminação por raça, preferências sexuais, nível socioeconômico, local de residência, tipo e custo de sua patologia e crenças religiosas.

2. Assistência médica multidisciplinar, integral, gratuita e qualificada.

Todo paciente tem direito a receber um serviço multidisciplinar e integrado de saúde, bem como o direito de receber um tratamento e cuidado em centros especializados de qualidade.

3. O direito do paciente e/ou familiar de participar das decisões sobre seu tratamento

Todo paciente e/ou cuidador tem direito a escolher livremente entre as diferentes alternativas de tratamento com base em uma informação verídica e completa.

4. Diagnóstico precoce

Deve se garantir que todo paciente receba um diagnóstico adequado e um tratamento rápido, respeitando os prazos estabelecidos, bem como respeitar e garantir o direito a uma segunda opinião.

5. Transparência, vigilância e regulamentação das drogas e medicamentos

Exigir uma regulamentação oficial rigorosa que garanta a qualidade, eficiência e segurança dos medicamentos utilizados nos sistemas de saúde.

6. Maior participação dos pacientes na elaboração de políticas públicas

Deve-se criar e manter-se sempre novos espaços aberto à participação cidadã efetiva na área de saúde, para que a voz dos profissionais da saúde, organizações de pacientes e pacientes nunca se ausentem das mesas de discussão e tomadas de decisão no que tange a formulação de políticas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

7. Informação sobre sua doença, tratamento e direitos na área de saúde

Todo usuário do sistema de saúde tem direito ao acesso à informações relevantes, claras e confiáveis sobre seu estado de saúde, aos serviços de saúde disponíveis e como utilizá-los, as opções de tratamento disponíveis, bem como a informações sobre estudos clínicos em qualquer momento de seu tratamento.

8. Um tratamento voltado às necessidades do paciente e seu cuidador

Todo tratamento deve ser exclusivamente planejado em conformidade às necessidades do paciente e seu cuidador, sem importar o valor ou tempo de duração e deverá considerar as condições sociais para além da doença.

9. Confidencialidade

Todo paciente tem direito a confidencialidade das informações referentes ao seu estado de saúde e tratamento, bem como o direito à privacidade durante a realização de seus exames, consultas e tratamentos médicos.

10. Fomentar a cultura de integração social e profissional

Elaborar leis que protejam os pacientes e seu direito ao trabalho e a integração social em todos os aspectos.